

LOCAL: On-line (Google Meet)	PAUTA: Apresentação das avaliações da graduação e da pós-graduação e prosseguimento das discussões sobre o PPI	ATA ELABORADA POR: Lohana Monaco	DATA & HORÁRIO: 09/06/22 das 14:00 às 16:00h
------------------------------	--	-------------------------------------	--

Lista de presença:

NOME	SETOR	E-MAIL	PRESENÇA
José Walkimar de M. Carneiro	GABR	jose_walkimar@id.uff.br	Sim
Daniel Arruda Nascimento	ICM - Macaé	danielarrudanascimento@id.uff.br	Sim
Germana Fonseca Werneck	GABR	germanawerneck@id.uff.br	Não
Hustana Maria Vargas	Faculdade de Educação	hustanavargas@id.uff.br	Sim
Pedro Paulo da Silva Soares	Instituto Biomédico	ppssoares@id.uff.br>	Não
Raphaela Giffoni Pinto	ICHS - VR	uffacessivel.comissao@id.uff.br	Não
Ana Paula da Silva	INFES	anpaulasilva@id.uff.br	Sim
Julio Cesar Andrade de Abreu	ICHS - VR	julioandrade@id.uff.br	Não
Débora de Souza Janoth Fonseca	PROGRAD	deborajanoth@id.uff.br	Não
Andrea Brito Latgé	PROPI	alatge@id.uff.br	Não
Leandro Vieira Villela	PROAES	leandro_villela@id.uff.br	Sim
Adriana Milward de A. Maciel	SRI	amaciel@id.uff.br	Sim
Simone P. A. de Freitas Silva	PROAES	simonepilar@id.uff.br	Sim
Luciola Rangel de Luca	PROEX	luciolaluca@id.uff.br	Não
Nathália F. da Silva Barbosa	Discente Segurança Pública e Social	nathaliafonseca@id.uff.br	Sim
Marcelo Moreira Linhares (convidado)	PROGRAD	mlinhares@id.uff.br	Sim
Lohana Monaco (convidada)	GABR	lohanamonaco@id.uff.br	Sim

ASSUNTOS ABORDADOS
Relator (es) ou Responsável(eis)
1. Sobre conversa com o professor Pedro Paulo

Walkimar conversou com professor Pedro Paulo sobre a possibilidade de usar a estrutura da CPA para fazer a consulta à comunidade acadêmica. Segundo Pedro Paulo, isso pode ser feito sem maiores dificuldades. Da mesma forma que ele consulta os processos de avaliação, não haveria problemas em realizar essa consulta via iduff.

Walkimar
2. Sobre conversa com Marcelo Linhares

Walkimar conversou também com Marcelo Linhares, da PROGRAD, que estava presente na reunião e coordena o processo interno das avaliações externas dos cursos de graduação feitas pelo MEC.

Walkimar destacou que ano que vem a UFF passará pelo processo de credenciamento. Comentou o PDI e o PPI são documentos essenciais que são observados durante os processos de avaliação, e que neste devem estar explícitas as políticas de ensino, pesquisa e extensão. Para ele, esse é definitivamente um fato a se considerar quando da elaboração do PPI, já que seria melhor que as comissões avaliadoras encontrassem essas informações de maneira direta no documento.

Walkimar
3. Apresentação de Marcelo Linhares

Marcelo Linhares começou a apresentação com a seguinte pergunta: quais são os aspectos

Marcelo

positivos e negativos das avaliações externas de graduação às quais somos submetidos?

3.1. Avaliação dos cursos da UFF

Nos últimos anos, em decorrência da pandemia, poucos cursos da UFF foram avaliados. A UFF tem mantido uma média de bons resultados na avaliação; os conceitos insuficientes vêm de problemas de infraestrutura. A infraestrutura seria o nosso calcanhar de Aquiles. Muitas vezes, mesmo com conceitos gerais bons, a UFF tem que fazer protocolos de compromisso devido à infraestrutura.

Por outro lado, segundo Marcelo, é necessário tomar cuidado para que as nossas políticas não pressuponham grandiosidades estruturais. Não adianta, por exemplo, colocar nas políticas que serão criados novos laboratórios, quando se sabe que não o serão.

3.2. Foco na gestão e no planejamento

Marcelo destacou que os instrumentos de avaliação de cursos hoje estão focando muito na gestão e no planejamento. Ou seja, averigua-se se há uma gestão e um planejamento e como isso está produzindo melhorias para o curso. No instrumento atual de avaliação de cursos, para chegar ao conceito 5 é necessário que haja inovações em relação àquilo que usualmente estamos executando. Então, se um curso muito tradicional passa a utilizar tecnologias de mediação, ele conta com a inovação. Foi esta uma grande oportunidade trazida pela pandemia: a oportunidade de incorporar tais inovações que foram implementadas emergencialmente devido à pandemia. Sobre a gestão, é necessário saber como se está chegando às decisões. É importante que as decisões acadêmicas estejam sempre embasadas em relatórios.

3.3. EaD

Para Marcelo, não se deve excluir o EaD das políticas. Ele chama a atenção para as oportunidades de potencializar a falta de professores com o desenvolvimento de disciplinas à distância, parcial ou integralmente. Chama a atenção, também, para o conceito de ensino à distância para o sistema federal: um ensino em tempos e locais distintos, assíncrono. É possível ter disciplinas totalmente à distância, inclusive com avaliações à distância.

3.4. Novo credenciamento e relatórios antigos

Sobre o novo credenciamento, será necessária uma articulação tanto com a comissão do PPI quanto com o PDI. O processo será aberto ano que vem. Segundo Marcelo, há algumas telas que precisam ser preenchidas: quanto mais os textos das políticas pedagógicas estiverem contemplando os itens necessários, menos trabalhoso será para quem vai buscar aquela informação. Ao mesmo tempo, precisamos estar atentos ao instrumento de credenciamento e às políticas avaliadas. O instrumento de avaliação contempla a necessidade de explicar o que está sendo feito em relação a determinados itens.

A nossa avaliação externa é muito antiga, data de 2011. Como a UFF ficou com conceito 5, garantiu o privilégio de fazer o credenciamento a cada 10 anos. Em relação a esse ponto, Marcelo comentou sobre a possibilidade de abrir um repositório para tornar públicos os relatórios de avaliação.

3.5. IGC da UFF e matrículas em cursos de excelência

O IGC da UFF é 4 e, segundo Marcelo, a universidade se encontra muito próxima de conseguir o 5. Há predominância absoluta de conceitos 4 e uma flutuação esperada de conceitos 5, algo entre 10% e 30% dentro de um triênio. Não houve conceito 1 ou 2 nos últimos anos. Entretanto, no seu ponto de vista a graduação já estaria em seu limite, não

<p>tendo como contribuir mais melhorar o conceito nas avaliações do MEC. Algumas universidades, como UFMG e UFRJ, trabalham com o manual na mão, seguindo aquilo que sabem fazer para aumentar os conceitos; já a UFF precisa elevar as matrículas em cursos de excelência na pós-graduação, assim como promover mais matrículas em cursos de maior nota na capes.</p>	
<p>4. Apresentação de dados do INEP</p> <p>Walkimar apresentou, em gráficos, a distribuição das notas da avaliação ENADE por cursos. Resumo: 40% dos cursos possuem nota 4, enquanto 25% têm nota 5 e outros 25% têm nota 3. No CPC predominam os conceitos 4, enquanto no IDD predominam os conceitos 3. É importante lembrar que algumas avaliações que aconteceram durante a pandemia ainda não tiveram seus resultados divulgados.</p> <p>Em seguida, Marcelo comentou que, com o PPI, podemos melhorar esse conceito 3 no IDD. Uma melhora no IDD, por sua vez, provocaria uma melhora no CPC e alguns décimos ou centésimos a mais no IGC. É preciso fomentar nos cursos a percepção ou análise criteriosa do que é essencial em termos de área de conhecimento para o ingresso e o bom desenvolvimento do estudante ao longo do curso. Isto é, estudar as tendências do ENEM de cada curso e estar sempre de olho, junto à COSEAC, na questão dos pesos dos conteúdos, além das notas de corte. Na verdade, o ideal seria não se preocupar apenas com a nota, mas com as competências que o aluno terá que possuir.</p> <p>Sobre essa questão, Walkimar ressaltou que o perfil do ingressante e o perfil do egresso não estão claros nos nossos documentos. Portanto, faz sentido pensar um pouco mais no perfil dos ingressantes da UFF.</p>	<p>Walkimar/ Marcelo</p>
<p>5. Dúvidas sobre matrículas nos cursos e IDD</p> <p>Dúvida de Hustana sobre comentário de Marcelo acerca da estratégia da UFMG e outras faculdades em relação ao número de matrículas: para as pós-graduações com melhor avaliação, aumentar o número de matrículas seria a solução? Tendo em vista que as mais bem avaliadas costumam contar com mais bolsas, qual seria a dificuldade de trazer mais alunos?</p> <p>Em relação ao IDD, afirmou que este mede a diferença da nota do ENEM para a nota final do aluno, ou seja, o efeito escola.</p> <p>Em seguida, Adriana comentou que algumas universidades fazem as listas de ingresso não necessariamente por tipo de cota – fazem, na verdade, listas que se mesclam. É um pouco o que acontece em concursos públicos, nos quais os cotistas figuram nas duas listas, de ampla concorrência e de cotistas, e com isso acabam entrando muito mais cotistas do que se não houvesse esse mecanismo. Algumas universidades já utilizam essa metodologia para o ingresso.</p> <p>Resposta de Marcelo: em relação ao número de matrículas, que deveria aumentar, ele entende como número de matrículas ou número de vagas. Não é apenas a questão das bolsas o problema. Muitas vezes, há uma resistência em abrir o curso para oferecer mais vagas. Seria importante, inclusive, que o PPI incentivasse esses programas de excelência a abrirem mais vagas.</p> <p>Sobre o IDD, Marcelo argumentou ainda que não vê nenhuma interferência das cotas sobre ele, justamente por se tratar de um cálculo equivocado que busca levar em consideração as questões socioculturais, mas que esbarra no erro de tentar combinar laranja com</p>	<p>Hustana/ Adriana/ Marcelo</p>

<p>banana. Ao avaliar o que a instituição agregou ao aluno, por meio de uma estatística das notas combinadas com as respostas do ENADE, o IGG é afetado pelo fato de que não há muito a agregar a alunos que já entram com notas altas. Os cursos de medicina, por exemplo, têm uma dificuldade muito grande, em todo o Brasil, de alcançar um IDD alto, justamente porque a entrada é muito elevada.</p>	
<p>6. Apresentação de gráficos de acompanhamento de turmas de graduação</p> <p>Ao compartilhar sua tela, Walkimar apresentou gráficos resultantes de um trabalho que vem sendo feito pela STI de acompanhamento de turmas de graduação. Sobre esse ponto, Adriana chamou atenção para o fato de o perfil de cotistas ser muito distinto, com alguns grupos apresentando um perfil muito próximo da ampla concorrência. Ela argumentou que a distância entre uma cota e outra às vezes é muito maior do que entre os alunos cotistas e os de ampla concorrência, de modo que não deveríamos tratar as cotas como um grupo homogêneo.</p> <p>Adriana complementou afirmando que tais fatos impactam na desistência, e conseqüentemente na assistência, mostrando assim os pontos nos quais é preciso trabalhar a permanência.</p> <p>Walkimar concordou com os comentários, comprometendo-se a conversar com a STI sobre a possibilidade de apresentar gráficos com dados separados para os diferentes tipos de cotas.</p>	<p>Walkimar/ Leandro/ Nathalia/ Adriana/ Simone</p>
<p>7. Sobre a pós-graduação</p> <p>Em seguida, Walkimar abordou o tema da pós-graduação – a qual possui seu peso no câmputo do IGC – e expôs a situação da UFF. Antes de falar sobre a UFF especificamente, Walkimar explicou que gosta de fazer uma comparação com a UFMG, que seria parecida com a UFF em tamanho. No entanto, enquanto a UFF tem 2000 docentes que trabalham com pós-graduação stricto sensu, o que representa 60% ou um pouco menos do corpo docente, na UFMG esse indicador é 90%, mesmo com o número total de docentes deles sendo um pouco menor do que o da UFF. Segundo Walkimar, isso não tem relação com a qualificação do corpo docente, uma vez que a UFF possui 87% de doutores no seu corpo docente. Seguindo com as comparações: a UFF possui 85 programas de pós-graduação stricto sensu, enquanto a UFMG possui 87. Mas, enquanto temos apenas um curso de pós com conceito 7, a UFMG possui 17. Ou seja, quando olhamos para esses indicadores da pós, essa diferença é muito grande. Portanto, por qualquer que seja a razão, temos mais dificuldade em fazer a nossa pós-graduação avançar. Do ponto de vista da qualificação, a pós-graduação é ainda muito incipiente.</p> <p>Sobre essa questão, Daniel perguntou a Walkimar se ele havia comparado o número de cursos de graduação presente na UFF e na UFMG e a carga horária dos cursos, já que esses fatores impactam na carga docente.</p> <p>Walkimar respondeu que, muito embora a UFF possuísse historicamente cursos com carga horária muito alta, já faz um tempo que a PROGRAD vem realizando reformas curriculares com tendência a cargas horárias menores. Muitos cursos hoje têm carga horária próxima ao mínimo exigido. E afirmou que sim, a UFF possui mais cursos de graduação do que a UFMG.</p> <p>Adriana teceu comentário sobre o tema, chamando atenção para o fato de que a CH de sala de aula na UFF é muito maior do que no resto do mundo, conforme dados de uma</p>	<p>Walkimar/ Daniel/ Adriana/ Marcelo/ Hustana</p>

<p>tabela de conversão feita pela SRI. Em relação à pós-graduação e à necessidade de aumentar as matrículas em cursos de ponta, argumentou que há cursos de excelência, como Física, que realmente não possuem alunos suficientes. Para tais casos, uma solução seria fomentar o ingresso de alunos estrangeiros, criando assim uma demanda para os cursos que historicamente possuem uma demanda muito baixa. Outro ponto importante é que, para ter mais cursos com conceitos 6 e 7, é preciso internacionalizar os cursos. Sobre esse ponto, Marcelo destacou que a internacionalização é um indicador do instrumento de avaliação. Por fim, Adriana perguntou sobre o percentual de doutores que não estão em pós-graduação: não seria possível reverter isso com políticas?</p> <p>Hustana expôs sua visão sobre a pergunta de Adriana: há docentes que não desejam trabalhar na pós-graduação, pois isso significa mais trabalho com a mesma remuneração. Posicionou-se também a favor de que as horas de docência na pós-graduação sejam contabilizadas dentro do mínimo da carga horária. Walkimar concordou com esse ponto. Walkimar afirmou que há cerca de mil doutores na UFF que não estão vinculados à pós-graduação. Ainda mostrando os dados da pós-graduação, chamou a atenção para a falta de avaliação na pós, que não aconteceu este ano devido a questões externas da Capes. A última avaliação foi em 2017. Apresentou então os conceitos dos cursos: há apenas um curso com conceito 7 e 9 cursos com conceito 6. A UFF tem crescido de forma extremamente lenta nesses quesitos, muito embora o número de alunos e docentes venha aumentando.</p>	
<p>8. Conclusões e próximas ações</p> <p>Walkimar afirmou que a discussão foi muito boa, com pontos relevantes. No entanto, a comissão PPI precisa avançar até a próxima reunião, daqui a duas semanas, especialmente nas definições de como vai trabalhar.</p> <p>Walkimar comentou sobre uma consulta que recebeu da EGGP, no formato de um formulário do Google, com mais de 30 perguntas que são respondidas de maneira muito rápida, mais ou menos na linha do que Adriana havia sugerido: várias proposições com possibilidade de atribuir valores a cada um dos itens. Trata-se de um formulário objetivo, com perguntas diretas, que pode ajudar a comissão a definir o seu próprio formulário de consulta à comunidade. Porém, é preciso, antes disso, definir as temáticas principais nas quais o documento vai se concentrar.</p> <p>Hustana expôs o desejo de compartilhar com os membros da comissão os comentários que fez sobre o texto da ata da última reunião, no estilo de um <i>brainstorm</i>, e afirmou que talvez fosse uma boa ideia colocar esse arquivo no drive. Ana Paula sugeriu então que fosse aberto um documento no drive e cada um colocasse os seus comentários lá.</p> <p>Adriana, por sua vez, compartilhou o fato de ter sistematizado em Excel a estrutura dos PPIS de outras universidades, a fim de iniciar essa tarefa de definição dos princípios norteadores, como a inovação do ensino e a integração, conceitos trazidos por Marcelo.</p> <p>Ana Paula questionou sobre a indicação, na primeira ata, de uma possível divisão em subgrupos para tratar de temas em separado. Para Walkimar, a proposta de divisão em subgrupos funcionaria; porém, antes disso a comissão teria que pensar nesses temas centrais.</p> <p>Por fim, Daniel chamou a atenção para o fato de a comissão PPI estar diante do dilema daquele que vai ser avaliado. É um dilema comum para aqueles que vão participar de algum</p>	<p style="text-align: center;">Walkimar/ Hustana/ Ana Paula/ Adriana/ Daniel</p>

tipo de avaliação, e consiste no fato de a pessoa avaliada se perguntar se deve expressar aquilo que pensa ou se deve agradar seu avaliador. Em seguida, lançou a pergunta: esse documento do PPI precisa agradar aos indicadores do MEC ou necessariamente ser espelhado em outras universidades de referência? Para **Walkimar**, deveríamos encontrar um equilíbrio entre os dois aspectos, ou seja, conciliar a autonomia plena de elaborar documentos da maneira que julgarmos mais adequada, mas garantir, ao mesmo tempo, que isso não nos traga problemas nos processos de avaliação.

Em função da hora avançada, Walkimar propôs que a discussão avançasse por outros meios, como por e-mail. O ideal seria que na próxima reunião já fossem trazidas algumas propostas, algum material para avançar. Assim, a tarefa para os membros da comissão, nas próximas duas semanas, é continuar pensando e colocando as ideias no papel.

Próximas ações:	Responsável(eis)	PRAZO	STATUS
Item 1: Identificar os eixos macro nos quais o documento do PPI estará baseado	Todos	23/06	A realizar
Item 2: Preparar um documento na forma de questionário para ser usado como consulta à comunidade	Todos	23/06	A realizar
Item 3: Estabelecer comunicações nos fóruns para a comunidade para que ela entenda o que está acontecendo e participe da consulta	Todos	A definir	A realizar
Item 4: Colocar no drive questionário EGGP consultando sobre demanda para capacitação (modelo para possível questionário da comissão PPI a ser encaminhado à comunidade)	Walkimar	23/06	A realizar
Item 5: Próxima reunião Quinta-feira, 23/06, às 14h	Todos	-	Programada